



REQUERIMENTO N° DE 2013
(Do Sr. JERÔNIMO GOERGEN)

Requer que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria nos bancos oficiais do governo federal para averiguar os repasses de dinheiro público às organizações não governamentais efetuados a partir do ano de 2008.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais ouvidos o plenário, que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria nos bancos oficiais do governo federal para averiguar os repasses de dinheiro público às organizações não governamentais, que prestam serviços à população indígena, efetuados desde o ano de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

As organizações não governamentais que atuam na prestação de serviços às populações indígenas recebem uma vultosa quantia de recursos públicos. Recursos esses muitas vezes alvos de denúncias de irregularidades por parte do Ministério Público Federal (MPF) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

O MPF já propôs diversas ações de improbidade administrativa contra diretores de organizações não governamentais.

O próprio TCU já detectou irregularidades em localidades onde a população indígena passa por situações de extrema precariedade: ausência de profissionais de saúde, estrutura física, equipamentos, remédios, alimentos e transporte adequado para os índios doentes. Além disso, detectou-se a necessidade de um maior controle com relação à transferência dos recursos destinados à saúde indígena.



Esses problemas começam já na transferência das verbas públicas. Cito, a título de exemplo, situação em que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) repassa dinheiro às prefeituras, que, em muitos casos, repassam a verba para organizações não governamentais. As ONGs, por sua vez, fazem a contratação direta de agentes de saúde para atuar nos postos e casas de saúde indígenas, criando um mecanismo de fornecimento ilegal de mão de obra para a Funasa.

Essa sistemática gera problemas no controle dos recursos. As prefeituras retêm parcelas dos recursos para custear sua estrutura administrativa e há outra parte retida nas ONGs, que deveria ser repassada para atender à saúde. Adicionalmente, há casos em que os próprios agentes de saúde contratados pelas ONGs são os conselheiros que analisam a prestação de contas dessas organizações.

Diante do exposto, verifica-se que esse assunto é de suma relevância, já que milhares de indígenas estão tendo sua sobrevivência ameaçada por causa dessas irregularidades no uso do dinheiro público. Assim, solicito aos nobres pares que aprovem este requerimento a fim de que o TCU realize auditoria nos convênios celebrados entre o governo federal e organizações não governamentais que prestam serviços à população indígena. Tais convênios estão se tornando um gargalo, impedindo que o dinheiro público chegue em sua totalidade ao seu destino.

Sala das Comissões, em de setembro de 2013.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN
(PP/RS)